

AO INFERNO COM A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Georg Meggle (Universität Konstanz)
(Tradução de João Wanderley Geraldi)

0. Durante os últimos anos também a semântica teve seus próprios choques paradigmáticos. Enquanto que para todas as teorias pertencentes ao paradigma tradicional - que é ainda o melhor desenvolvido - da semântica realística, objetivista ou correlacional os significados eram considerados como entidades, há agora uma abordagem relativamente nova que nos leva a ver os significados dos signos como consistindo não em entidades, mas em seu uso. O "locus classicus" deste paradigma, de orientação essencialmente pragmática, se encontra sem dúvida nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein. Para termos a mínima chance de, algum dia, habilitarmos-nos a comparar os supostos méritos deste novo paradigma com os benefícios bem estabelecidos do antigo, nós precisamos, como hoje a maioria concorda, de alguma coisa que, indo além das sugestões de Wittgenstein, seja uma forma operacional de dar conta do significado como uso. A assim chamada "teoria dos atos de fala" satisfaz esta necessidade? Será que a teoria dos atos de fala realmente nos ajuda, constituindo-se um razoável passo à frente - como muitos adeptos do novo paradigma esperam e alguns dos próprios teóricos dos atos de fala imaginam? Contrariamente ao que considero ser a opinião da maioria dos filósofos contemporâneos, penso que, na verdade, a teoria dos atos de fala não satisfaz esta necessidade.

Note que, sobre este tópico, estarei falando do ponto de vista de um ex-amante desapontado e assim, aviso ao leitor, algumas de minhas observações possivelmente se tornarão exageradas. Mas, como a maioria das pessoas neste estado, não me importo com os perigos do excesso.

1. Inicialmente, vamos examinar um jogo de linguagem muito primitivo que o leitor reconhecerá como uma versão ligeiramente modificada do jogo descrito no segundo parágrafo das Investigações Filosóficas. Ele contém apenas duas expressões, sem qualquer estrutura - vamos batizá-las de X e Y: um pedreiro A e seu assistente B estão construindo uma casa só com blocos e vigas. Quando A usa uma das expressões X ou Y, B deve lhe passar um dos blocos ou uma das vigas, respectivamente. Mas algumas vezes a comunicação é invertida. A fim de fazer A saber qual o próximo tipo de material que lhe será trazido, B usa X ou Y antes de tentar pegar um dos blocos ou vigas. E estes são os únicos modos de usar estas duas expressões.

Neste jogo há exatamente duas funções comunicativas possíveis - ou, como os teóricos dos atos de fala gostariam de dizer, duas possíveis forças ilocucionais,

isto é, 'ordenar' e 'informar'. Qualquer enunciação destas expressões terá uma ou outra destas funções no jogo. Poderíamos precisar do que depende, no jogo, o fato de que uma enunciação determinada é um ato imperativo ou um ato informativo. Ou seja, possuímos um conhecimento completo do que seria considerado como pelo menos um aspecto do significado destas duas expressões. Mas, naturalmente, este conhecimento não é suficiente para uma compreensão completa do jogo, isto é, para saber o significado completo das duas expressões usadas. Para tanto, necessitaremos saber também quais são os assim chamados significados descritivos das duas expressões. Infelizmente, a descrição do meu caso primitivo não é o bastante clara para pôr fim a esta questão. Não sabemos ainda que estado de coisas A ordena que seja executado quando ele usa, digamos, a expressão X; nem sabemos que estado de coisas B anuncia como executado quando ele usa X. Nós somente sabemos que, no jogo, há duas alternativas: de um lado o estado de coisas que podemos descrever como 'B está dando um bloco a A' e de outro o estado de coisas 'B está dando uma viga a A'. Na realidade, minha história não só não decidiu a questão de saber se X, quando usado por A, tem o mesmo significado descritivo que quando usado por B; a história em si não exclui tampouco qualquer das alternativas, a saber, que, quando ordenada ou quando anunciada a realização de qualquer um dos estados de coisas, A e B usem qualquer uma das duas expressões em questão. Suponha, por exemplo, que o único fato relevante fosse que uma ou outra expressão está sendo usada duas vezes ou uma vez; neste caso referir-se aos significados descritivos como correlacionados separadamente com cada uma das nossas expressões seria, naturalmente, fora de propósito.

Não pretendo que o leitor tenha que especular nada além disto. Ao contrário, permita reportar-me aos resultados de um fictício trabalho de campo que empreendi na última semana quando, preparando este trabalho, decidi observar com mais vagar um pedreiro e seu assistente. Quando X era usado por A, a cada vez B lhe dava um bloco; daí eu concluí que o estado de coisas descrito por 'B está dando um bloco a A' é o estado cuja realização está sendo ordenada quando X é proferido por A. E a cada vez que B usava X, B também dava um bloco a A; daí eu concluí, do mesmo modo, que o estado de coisas que é anunciado no jogo por B, quando ele prefere X é: 'B está dando um bloco a A'. Usei então concluir que a expressão X sempre tem o mesmo significado descritivo no jogo, independentemente de ser usada por A ou por B. O mesmo se verifica para nossa outra expressão, Y. No jogo, Y é, como estou agora inclinado a dizer em termos realistas, correlacionado ao estado de coisas 'B está dando uma viga a A'.

A estas alturas, você possui um conhecimento completo do que chamei de "significado completo" das duas expressões (de que o significado descritivo é apenas uma parte). E dando-lhe todas as informações necessárias espero ter-lhe dado também pelo menos uma primeira e ainda vaga impressão de como devemos proceder quando tentamos explicar, em termos pragmáticos, a assim chamada parte descritiva dos significados de nossas duas expressões. Na verdade, em meu relato salientei fortemente o conceito de 'estado de coisas' que, sabe-se, é um dos conceitos centrais do paradigma ri

val (isto é, realista) em semântica. Mas esta não é uma objeção razoável. Para evitar este conceito teríamos que abandonar todas as esperanças de chegarmos a uma semântica pragmática, i.e., uma semântica desenvolvida em termos pragmáticos. A razão é que, na construção de uma teoria operacional da ação, deve-se fazer uso do conceito de 'estado de coisas' de qualquer modo, quer se queira ou não incorporar uma semântica baseada na pragmática em tal teoria. O que importa não é se temos que falar de um 'estado de coisas', mas se podemos ou não simplesmente identificar os significados de nossas expressões (enquanto enunciados-tipo) com algum tipo de 'estado de coisas' (como estamos acostumados a fazer pelo menos nas formas mais desenvolvidas do paradigma realista, como o da semântica intensional). É precisamente esta identificação que não admitimos fazer em semântica pragmática - pelo menos não inicialmente. Naturalmente, no fim das contas esta 'façon de parler' realista pode também ser pragmaticamente justificada.

Qual é, então, o problema com a teoria dos atos de fala? A principal razão para introduzir meu jogo de linguagem primitivo foi a seguinte: se a teoria dos atos de fala não consegue dar conta nem mesmo de um tal caso primitivo, o melhor que temos a fazer é esquecê-la quando buscamos uma semântica pragmática que seja suficientemente sofisticada para dar conta de casos mais complicados, como, por exemplo, quando buscamos uma semântica pragmática que seja bastante ampla para cobrir uma larga porção de nossas linguagens naturais. Tentarei mostrar (como o título deste artigo implica) que a teoria semântica dos atos de fala não dá conta de meu caso primitivo.

Para tanto, deveria discutir pelo menos duas questões, para encurtar uma longa história: primeiro, a questão de como, na teoria semântica dos atos de fala, os significados de nossas duas expressões do jogo, X e Y, precisam ser definidos em termos dos atos de fala particulares produzidos ao usá-las. Segundo, a questão de como pode ser explicado, no esquema desta teoria, o próprio ponto inicial de todos seus esforços ulteriores em busca de uma semântica baseada na pragmática. Evidentemente, a segunda questão é a mais fundamental; por isso vou me restringir a ela no que se segue.

Aceitando a abordagem esquematizada acima, em meu relato do exercício de observação de um jogo lingüístico primitivo, poderíamos dizer exatamente que aspectos dos atos de fala em nosso jogo seriam básicos para a construção de uma semântica para as expressões. Obviamente, precisamos começar nos perguntando tanto quais foram as forças ilocucionais dos respectivos atos de fala quanto qual foi o estado de coisas cuja realização estava sendo ordenada ou anunciada, respectivamente. E eu assumo que é precisamente este segundo aspecto dos atos de fala que cria problemas se, construindo uma semântica pragmática, desejássemos realmente seguir Austin e Searle. A partir de agora restringirei a aplicação do termo 'significado descritivo' somente a expressões; com respeito a atos de fala falarei portanto em seu conteúdo. A teoria dos atos de fala será agora confrontada com a seguinte questão (que não é menos primitiva que nosso jogo de linguagem): como devemos determinar o conteúdo respectivo dos atos de fala em nosso jogo?

Embora Austin, em seu trabalho pioneiro (1962), não tenha tratado desta questão explicitamente, ele lhe dá uma resposta implícita em suas conferências. Não é muito difícil ver o que ele pretende, em particular se levarmos em conta sua abordagem geral e a combinarmos com suas visões específicas sobre o funcionamento dos assim chamados aspectos locucionais dos atos de fala. Se solicitado a dar uma resposta específica, Austin provavelmente assinalaria dois fatores, um relativo ao significado lingüístico das expressões usadas, o outro relativo ao sentido especial de uma expressão numa ocasião particular de seu uso. O primeiro fator aponta para um projeto de semântica pragmática inteiramente circular: ela terminaria antes mesmo de ser iniciada. O mesmo se dá com o segundo, se for tomado como implicando que a expressão usada tem diversos significados descritivos um dos quais nós temos que tomar como o efetivo a fim de entendermos qual é o conteúdo do ato de fala particular em questão. Por outro lado se o segundo fator de Austin refere-se apenas ao que o falante significa por suas palavras, então também não há solução. Pois perguntar qual o significado do falante - pelo menos neste contexto - nada mais seria do que perguntar qual é o conteúdo do respectivo do ato de fala produzido. Naturalmente, não há nada de surpreendente neste resultado. Dar-nos uma semântica geral, construída em termos pragmáticos, certamente não era uma das intenções de Austin.

Comparada à abordagem limitada de Austin, indubitavelmente a de Searle (1969) parece muito mais promissora. E desde que o ato de fala de prometer é considerado por Searle como o favorito para os efeitos de investigação, vamos ver como nossa questão é respondida pelo próprio Searle, pelo menos no que diz respeito a este ato de fala particular. Segundo Searle, para que uma certa enunciação da expressão T usada pelo falante F valha como uma promessa para o ouvinte O de que F executará a ação A, F deve pretender que O reconheça que F pretende que a enunciação de T deixa-lo-á na obrigação de fazer A. Com esta condição não tenho qualquer discordância. Mas o próximo passo da análise nos diz que F só pode ter este segundo nível de intenção se ele crê que O sabe que uma enunciação de T está convencionalmente correlacionada com o primeiro nível de intenção de F (que se pretende que O reconheça). Nas palavras de Searle, somente se "o falante supõe que as regras semânticas (que determinam o significado) das expressões usadas são tais que a enunciação valha como o tomar a si de uma obrigação [de fazer A]" (1969:61). Então, na análise de Searle, uma enunciação de T será uma promessa (com o conteúdo) p somente se o conteúdo da respectiva enunciação seja - e F espera que O o tome como sendo - uma função do significado da expressão T. É claro que estamos sendo forçados a voltar ao primeiro fator de Austin; outra vez, todo nosso empreendimento de uma semântica pragmática é condenada a um fim precoce antes mesmo de começar.

Concluimos que nem Austin nem Searle nos contemplaram com um modelo adequado para desenvolver uma semântica pragmática. Se desejamos determinar o conteúdo de um ato de fala associando-o com o significado da expressão usada, é inútil partir do ato de fala para chegar ao significado das palavras; uma tal abordagem não nos

daria sequer os significados descritivos de nossas duas expressões no jogo de linguagem primitivo descrito anteriormente.

2. Evidentemente, para evitar este dilema, temos que procurar uma explicação mais geral do que vem a ser o conteúdo de um ato de fala. E como nós conhecemos os inícios da solução para o problema, esqueçamo-nos da teoria dos atos de fala por um momento e retornemos ao ponto de partida. Quando comentamos o jogo de linguagem primitivo jogado pelo pedreiro A e seu assistente B, afirmei que o conteúdo de uma ordem particular consiste no estado de coisas que A ordenou que B fizesse, e que o conteúdo de um anúncio particular consiste no estado de coisas cuja realização está sendo anunciada a A por B. Em que mais consistiria um tal conteúdo? Dado que já fixamos quando um ato deve ser qualificado como ordem ou como ato informativo, podemos agora passar a explicar o significado das expressões de nosso jogo da mesma maneira que delineei grosseiramente em meu relato sobre como descobri aqueles significados em minha observação fictícia da última semana.

Naturalmente, uma tal explicação geral do conteúdo de um ato de fala somente se obteve abstraindo-se o que seja ordenar alguma coisa ou informar alguma coisa a alguém. Portanto, quando tentamos elucidar estes próprios conceitos mais fundamentais, a explicação que demos poderia esvaziar-se. Mas há outro procedimento, não circular, por exemplo aquele que segue e melhora a análise de Grice do significado do falante [speaker's meaning], como proposto em Meggle (1981). Será suficiente aqui mencionar o primeiro passo, de acordo com o qual o conteúdo de um ato de ordenar endereçado pelo falante a um ouvinte é o estado de coisas que o falante (primariamente) pretende que O produza, e o conteúdo de um ato de informar é o estado de coisas que o falante (primariamente) pretende que o ouvinte creia ser um fato dado. Estas condições do primeiro passo permanecem necessárias à ordem ou informação em qualquer caso, mesmo quando coisas tais como intenções reflexivas terão de ser introduzidas para assegurar que nossa explicação também inclui as condições suficientes.

3. Tendo estabelecido, então, que o problema da explicação do conteúdo dos atos de fala de nosso jogo tem uma solução óbvia (tal como a que é sugerida aqui), permanece a questão do por que os teóricos dos atos de fala têm recusado, em princípio, encarar o problema deste ângulo. Como mostro em outro lugar, (Meggle, a sair), minha explicação é bastante ampla para servir de base a uma semântica pragmática até mesmo das expressões de nosso jogo.

Concluindo este trabalho, devo restringir-me ao que considero ser a principal razão dos teóricos dos atos de fala (entre outras) para recusar partilhar meu ponto de partida. Ela consiste no que o próprio Austin ironicamente chamou o uso, pelos teóricos dos atos de fala, de uma "terminologia impressionista e aparentemente científica" (1962:149). Mais precisamente, o que está em jogo aqui é a famosa distinção ilocucional/perlocucional - núcleo de muitas outras distinções feitas pelos teóricos dos atos de fala. Mais especificamente ainda, trata-se da assunção feita por

muitos teóricos dos atos de fala em conexão com a distinção ilocução/perlocução, segundo a qual as forças ilocucionais se relacionam essencialmente com os significados enquanto que os aspectos perlocucionais de nossas enunciações não. Contudo, como tentei mostrar, pelo menos relativamente a nosso jogo de linguagem primitivo, nada estaria tão longe da verdade quando uma tal premissa.

Admitir que é verdade que nem todo efeito perlocucional pretendido por nossos jogos enunciativos é relevante para o conteúdo bem como para as forças ilocucionais das enunciações é totalmente outra coisa que tratar este aspecto dos atos de fala como inteiramente irrelevante. Coloquemos a questão deste modo: é verdade que, enquanto a força ilocucional é per se parte do significado da respectiva enunciação no jogo, um efeito perlocucional não o é. Mas afirmar que os aspectos perlocucionais (pretendidos) não são per se aspectos do significado está muito longe de afirmar que eles são per se não significativos. É exatamente este movimento ilegítimo da negação que considero ser o centro da semântica da teoria dos atos de fala. E é exatamente por esta razão que, se você está procurando uma semântica pragmática verdadeiramente operacional, considero-me obrigado a dar-lhe o seguinte conselho: é melhor que você esqueça a assim chamada teoria dos atos de fala.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, J.L. (1962). How to do things with words. Oxford: Clarendon Press.

MEGGLE, G. (1981). Grundbegriffe der Kommunikation. Berlin/New York: de Gruyter.

———, (a sair). Handlungstheoretische Semantik. Berlin/New York: de Gruyter.

SEARLE, J.R. (1969). Speech Acts. Cambridge: Cambridge University Press.

WITTGENSTEIN, L. (1953). Philosophical investigations. Oxford: Blackwell.